



Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO

CPE-Universidade | Partido Operário Revolucionário [POR]
www.pormassas.org
fb.com/massas.por
anchor.fm/por-massas
por@pormassas.org
Ano VII - 18 de Maio de 2021

AOS ESTUDANTES, PROFESSORES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

Não há mais tempo a perder: romper o imobilismo para combater os cortes na Educação e erguer a luta por empregos, salários e vacina para todos!

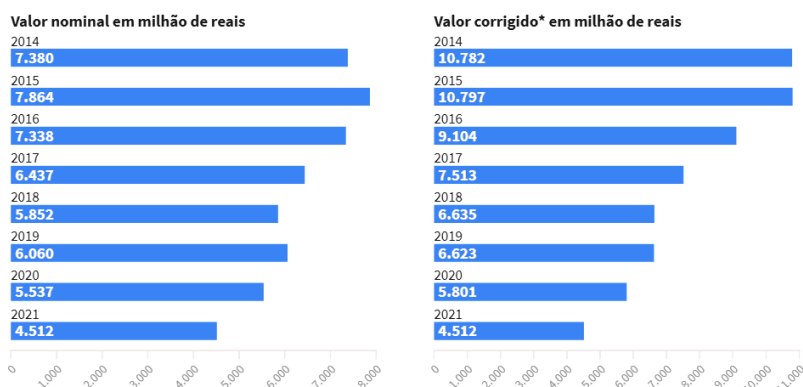
A cada dia que passa, a maioria explorada sofre novas perdas. Já passamos de 435 mil mortos, milhões de empregos foram destruídos, os patrões foram autorizados a reduzir os salários em até 70%, o auxílio emergencial é incapaz de tirar milhões da condição de fome e miséria. O número de jovens que nem estudam e nem trabalham saltou para 35% no segundo trimestre de 2020, grande parte são meninas e mulheres que arcam com o trabalho doméstico não remunerado, intensificado na pandemia. Os jovens que trabalham sofrem com a precariedade, informalidade e a escravidão dos aplicativos. A juventude negra é alvo cotidiano da violência policial.

Combater a asfixia financeira da Educação

A Educação também tem sido devastada pela resposta burguesa à crise econômica e pandêmica. O orçamento para o Ministério da Educação (MEC), previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021, sofreu um corte de 27% em relação a 2020 e por cima de um valor já cortado, padece de um bloqueio de R\$2,7 bilhões, autorizado pelo Decreto 10.686, de 22 de abril de 2021. Nos Institutos Federais, o corte atingiu R\$770 milhões, o menor valor da década. Vale mencionar que, de 2011 para cá, o número de matriculados passou de 418 mil para mais de um milhão de estudantes nos cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação. Para as universidades federais, o orçamento é 18% menor do que o de 2020. O setor sofreu um corte de mais de um bilhão de reais, e a LOA incluiu um condicionamento de 60% do orçamento aprovado, a depender do Congresso Nacional para a liberação da verba. Dos cortes, mais de R\$ 177 milhões correspondem à assistência estudantil. Ou seja, o governo atacou por meio de três mecanismos: corte, condicionamento de liberação ao Congresso Nacional e bloqueio via decreto. O valor disponível é o equivalente ao orçamento de 2004. De lá para cá, o número de Universidades Federais passou de 51 para 69. Desde 2016, o orçamento vem minguando, a Emenda Constitucional 95 (conhecida como do teto dos gastos) deu ao Estado um método de estrangulamento orçamentário dos serviços sociais.

O Ministro da Educação, o pastor Milton Ribeiro, em público, usa os cortes para atacar as medidas de isolamento social, responsabilizando-as pela queda na arrecadação de impostos. Enviou, porém, uma carta ao Ministro da Econo-

Orçamento das universidades federais ano a ano



mia, Paulo Guedes, em que informa que com o orçamento atual não há recursos para fazer o ENEM, manter bolsas de pesquisa ou assistência estudantil. Guedes, por seu turno, adicionou à asfixia financeira os velhos ataques ideológicos à rede pública, chegando a dizer que o quadro das universidades é "caótico", por ensinarem sexo para crianças de 5 anos com maconha, bebidas, drogas e pela influência de Paulo Freire (!). *Não dá para esperar nada desses apelos no interior de um governo que tem como meta a destruição da educação pública. Tampouco podemos esperar algo do Congresso Nacional vendido e corrupto.*

O bloqueio de R\$9,2 bilhões no orçamento já recortado foi feito para garantir os recursos para as emendas parlamentares, que vão totalizar R\$37 bilhões. A conta é fácil de fazer. O que foi tirado de saúde, ciência e tecnologia, previdência, seguro desemprego, abono salarial e educação, foi direto para o bolso dos políticos vendidos e militares.

Estamos no pico da pandemia e o orçamento da saúde caiu de R\$160 bilhões executados em 2020 para R\$125,7 bilhões. Postos de trabalho estão sendo destruídos, e ao menos R\$ 26,5 bilhões serão retirados do pagamento de seguro-desemprego, abono e previdência. O Censo Demográfico não terá como ocorrer, pois o orçamento destinado foi pífito.

Não podemos perder de vista, porém, que quem abocanha a maior fatia do orçamento da União é o capital financeiro. As receitas do Estado para 2021 foram estimadas em R\$4,324 trilhões, dos quais R\$1,603 trilhão serão usados para pagar juros e amortizações da dívida pública.

Os reitores das instituições federais de ensino já avisaram que não há como garantir o funcionamento das instituições até o fim do ano, algumas só têm recursos até maio, nem

mesmo o pagamento das contas de energia e água está garantido. Se a decisão sobre as respostas aos cortes permanecer nas mãos das burocracias, o corte de terceirizados, obras, insumos para pesquisa, bolsas e assistência estudantil será radicalizado. Será agravado o caráter excludente do sistema educacional, já intensificado com o Ensino a Distância (EaD) (chamado também de remoto). Aumentará a evasão uma vez que a grande maioria dos universitários vêm de famílias com menos de 1 salário mínimo per capita. Com a deterioração da renda dos brasileiros, certamente esse contingente se ampliou. O retorno presencial com as condições de biossegurança será ainda mais adiado, considerando a economia feita com o EaD. O privatismo também vai se acelerar, como via de "complementação" orçamentária. Com ou sem a aprovação do "Future-se", as reitorias já mercantilizam tudo o que podem e subordinam cada vez mais a pesquisa e os serviços ao mercado. *As burocracias universitárias têm feito atos virtuais e apelos a parlamentares para complementar o orçamento. Não dá para esperar nada das reitorias que ano após ano se adaptam ao privatismo.*

Romper o imobilismo, retomar as lutas presenciais!

No dia 18 de março de 2020, haveria uma greve nacional da Educação, em unidade com o funcionalismo, contra a reforma administrativa e outros ataques. Se naquela data havia motivos para lutar, no momento atual eles se multiplicaram. Como explicar então a quase total ausência de lutas? A resposta deve ser buscada na política adotada pela burguesia no enfrentamento à pandemia. Houve uma divisão inicial entre "negacionistas" e os governadores que diziam defender a ciência. Foi aplicado um isolamento social parcial e desordenado, minado pelas pressões do poder econômico. As direções dos movimentos sindicais, populares e estudantis se alinharam com os governadores, capitaneados por Dória, e fizeram da defesa do "Fique em casa" a prioridade absoluta, a ponto de fechar os sindicatos e entidades, desmarcar o dia nacional de lutas e substituir os métodos presenciais por virtuais. No máximo, promoveram ações assistenciais ou "simbólicas". *Passados 14 meses de pandemia, comprova-se a total incapacidade da burguesia de proteger a vida da maioria explorada, pelo simples motivo de que a classe dominante tem como prioridade defender seus lucros.* Assim, sob a política subordinada ao poder econômico, não tinha como aplicar a ciência, contrariar os interesses da rede hospitalar privada, quebrar as patentes e destinar os recursos econômicos para salvar vidas.

Desde o início, a defesa da vida e dos empregos da maioria dependia de uma resposta com independência de classe, de um plano emergencial próprio. E, para que ele fosse imposto à burguesia e seu governo, era preciso recorrer aos métodos da ação direta: comitês e assembleias nos bairros, greves e manifestações. Os meios virtuais não servem para esta finalidade, por isso o governo fica tão à vontade para seguir atacando.

A passividade se escondeu por trás da máscara do combate ao vírus, porém, nas eleições, todas as correntes eleitorais se lançaram nas aglomerações nos bairros e feiras para caçar votos. Revela-se que o abandono das ruas é a outra face da moeda do desgaste eleitoral, tendo em vista as eleições de 2022. A manutenção de Bolsonaro no poder é fruto direto da conciliação das direções.

Recuperar as forças do movimento operário, camponês, popular e estudantil

Mesmo sob a pandemia, porém, as lutas não cessaram: os levantes antirracistas nos EUA impulsionaram grandes manifestações em vários pontos do mundo. No Brasil, as torcidas de futebol se ergueram contra o autoritarismo de Bolsonaro. Trabalhadores da saúde e transporte protagonizaram greves e manifestações em várias cidades do país, a greve dos Correios denunciou o corte de direitos e o privatismo e as greves operárias da Renault e LG, por exemplo, expuseram a resposta ao fechamento de fábricas e demissões. Todas essas lutas, porém, ficaram isoladas e foram derrotadas.

Na Educação, o abandono da luta presencial e a realização, no máximo, das "greves sanitárias", têm possibilitado que os privatistas avancem com facilidade. E, a imposição do retorno presencial acaba se concretizando em meio a movimentos que, na realidade, não passam de boicotes individuais ao retorno, incapazes de ampliar o apoio da população e ganhar as ruas para impor ao governo um plano próprio para a educação. Já passa da hora de mudar esse método. Fazemos um chamado às centrais, sindicatos, movimentos populares e estudantis, correntes políticas para convocarem a formação de comitês de luta e assembleias populares para preparar o dia 29 de maio. Que a data seja um dia de luta pra valer, que demarque a virada na recuperação do movimento operário, camponês, popular e estudantil.

Enquanto no Brasil o 1º de Maio das centrais só existiu no mundo virtual, em vários países da Europa, Ásia e América Latina, as massas se levantaram, inclusive passando por cima de suas direções.

Para defender a Educação pública, com financiamento integral por parte do Estado, conforme o cálculo feito pelas Assembleias Gerais Universitárias, será necessária uma forte organização de estudantes, técnico-administrativos, professores e terceirizados. É preciso combater as demissões de terceirizados, defendendo sua efetivação e equiparação de direitos. É preciso garantir todas as condições de permanência aos estudantes. Não aos cortes de bolsas. Bolsonaro amplia seu autoritarismo, militarismo e o controle sobre as instituições de ensino. Não se pode fechar os olhos para o fato da direita burguesa e pequeno-burguesa estarem em posição de conquista de posições no movimento estudantil e nas universidades. É preciso uma forte organização para expulsar os 20 interventores e avançar na defesa de um governo tripartite (de estudantes, professores e técnico-administrativos), subordinado à Assembleia Geral Universitária.

A luta pela educação pública choca-se com o imperialismo, de onde emana o privatismo e o saque de recursos por meio da dívida pública. É preciso ampla unidade com todo o funcionalismo para pôr abaixo a contrarreforma administrativa, as privatizações e erguer a luta contra o pagamento da dívida pública. Mais do que isso, é urgente a ampla unidade da juventude, camponeses e classe operária em torno de um programa emergencial próprio, que coloque em primeiro plano a defesa de emprego para todos, com a divisão das horas de trabalho entre todos aptos a trabalhar; salário mínimo vital, suficiente para as despesas de uma família, calculado pelas assembleias populares; e vacina para todos, começando pelos pobres e miseráveis, mais expostos aos efeitos letais do vírus.